

Caríssimo(a) Associado(a),

É com muita satisfação que apresento o livro do grupo de trabalho **Direito Internacional dos Direitos Humanos** do XXI Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), que ocorreu na Universidade Federal Fluminense (UFF/RJ), entre 31 de outubro e 03 de novembro de 2012.

Novamente inovamos ao transformar os antigos anais de nossos Encontros e Congressos em livros específicos para cada grupo de trabalho (GT). Tal iniciativa deveu-se à proposta desta diretoria visando o fortalecimento dos GTs, ratificada pelos associados e coordenadores dos programas em diversos espaços, principalmente no Fórum dos Coordenadores e na Assembleia Geral do XXI Encontro Brasileiro, realizados no primeiro de semestre de 2012, em Uberlândia.

O fortalecimento dos GTs integra um plano mais ambicioso de nossa comunidade científica no sentido do aprimoramento dos critérios de avaliação e internacionalização de eventos, de maior aproximação entre a academia e o cotidiano forense e, sobretudo, do crescimento ordenado e qualificado da pós-graduação estrito senso em Direito, no Brasil.

Em Niterói ultrapassamos a importante marca de 1.700 artigos submetidos a nosso sistema *Publica Direito*, com a participação direta de mais de 70 programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC. Mais uma vez centenas de trabalhos foram aceitos, sendo outros tantos infelizmente preteridos devido à crescente concorrência para os GTs, que em alguns casos foram divididos pela grande procura e qualidade dos trabalhos.

Aproveito para agradecer aos cerca de 200 professores-doutores que participaram de mais de 3.500 avaliações por intermédio do *double blind peer review* do sistema *Publica Direito*. Sem seu comprometimento e seriedade nosso Congresso seria inviável. Também gostaria de registrar que as diversas sugestões encaminhadas em 2012 foram analisadas e já resultaram em importantes aprimoramentos do nosso sistema de avaliação, a ser inclusos nos eventos de 2013.

No Congresso de Niterói restou evidente o expressivo resultado da área do Direito nos últimos anos. Tenho certeza de que chegaremos à avaliação trienal deste ano de forma muito mais sólida e próxima das chamadas “áreas duras”, pois nossas publicações qualificaram-se e resultam mais impactantes, a produção migra para a indexação e a inserção internacional já é uma realidade.

Festejamos no último Congresso o lançamento da tão esperada terceira edição da *Revista de Direito Brasileira (Brazilian Journal of Law)* – a RDB –, publicação semestral oficial do CONPEDI, que agora receberá a primeira avaliação da comissão *Qualis* do Comitê de Área. Queremos partilhar tal conquista – independente deste primeiro resultado – com cada associado, com nossos parceiros neste projeto e, em especial, com os pesquisadores, professores e alunos, brasileiros e estrangeiros, que acreditaram e contribuíram para a nova revista mesmo antes da primeira avaliação, sem conhecer, portanto, sua classificação e pontuação.

No Congresso ainda lançamos o primeiro volume de *Educação Jurídica*, pela Editora Saraiva. A obra resultou de uma parceria entre o CONPEDI e a Comissão de Educação Jurídica da OAB Federal – antiga Comissão de Ensino Jurídico –, a Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDI) e a Federação dos Pós-graduandos em Direito (FEPODI), contando ainda com o apoio da CAPES/MEC e CNPq/MCT.

Quero registrar que a organização deste livro foi uma das realizações mais prazerosas de minha gestão. O relevante conceito de educação jurídica – como temos debatido, pelo menos, nos três últimos eventos do CONPEDI – é fundamental para melhorar a graduação e aprimorar ainda mais a pós-graduação em Direito no país. Agradeço a todos, autores e instituições, que contribuíram para a conclusão deste primeiro volume, que certamente terá continuidade.

Durante o Congresso recebemos importantes professores e pesquisadores de universidades estrangeiras, alguns que já participaram dos nossos eventos e programas, e outros que compareceram pela primeira vez: dr. Baldomero Olivier Leon, da Universidade de Granada; dr. Carlos Garriga, da Universidade do País Basco; dr. John Vervaele, da Universidade de Utrecht; dr. Leon Villalba, da Universidade de Castilla La Mancha; dr. Ricardo Sanin, da Universidade de Caldas; dr. Fernando Galindo,

da Universidade de Zaragoza, e dr. Gaetano Peccora, da Universidade Livre Internacional de Estudos Sociais. Agradecemos a todos pela significativa contribuição e desejamos que seu comparecimento frutifique em novos eventos e convênios internacionais, e, sobretudo, em parcerias de publicações com os programas brasileiros. Neste particular ressaltamos que pretendemos intensificar a parceria entre o CONPEDI e os programas associados, para que os palestrantes participem não somente dos nossos eventos mas de todos os programas em Direito.

É oportuno lembrar que durante o Congresso foi debatida uma série de temas relevantes: 1) constitucionalismo, jurisdição constitucional e o protagonismo do STF, 2) o novo constitucionalismo latino-americano, 3) o programa *Ciência sem Fronteiras*, do CNPq, 4) o novo currículo Lattes, com uma oficina prática, 5) educação jurídica, 6) os desafios atuais da justiça penal e o novo Código Penal, 7) mestrado profissional no Direito, 8) o plano nacional de pós-graduação, 9) a justiça de transição no Brasil, 10) o Direito Civil constitucional e a autonomia privada, 11) os Direitos Humanos e a inclusão, e 12) o *Qualis* periódico e a classificação de livros, entre outros. Isso tudo, logicamente, dentro do tema central do Congresso – *O novo constitucionalismo latino-americano: desafios da sustentabilidade*.

Tivemos ainda nossa já tradicional exposição de pôsteres pelos graduandos em iniciação científica, o que entendemos fundamental não apenas para melhor preparar os futuros mestrados, mas como forma de diálogo e contribuição da pós-graduação para a graduação. Outras iniciativas com este objetivo estão sendo planejadas e algumas já estarão na programação dos eventos de 2013.

Em Niterói também assinou-se oficialmente um termo de cooperação técnica com a Comissão Nacional da Verdade, em grande medida decorrente da Rede de Observatórios de Memória, Verdade e Justiça. Nos termos acordados, os programas do Direito poderão contribuir de forma mais direta nas ações da comissão, e abriremos em breve um cadastro dos programas que possuem grupos de pesquisa sobre o tema da justiça de transição.

Com relação ao IPEA, cumpre anunciar que participaremos em 2013, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), em que o CONPEDI promoverá

uma mesa-redonda sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados entre os que serão publicados numa coletânea resultante desta parceria.

Por fim registramos que, nos próximos eventos, tanto em Curitiba como em São Paulo, será utilizado o novo formato de publicação em livro, pelo que esperamos, com responsabilidade, o reconhecimento de mais este significativo esforço da nossa comunidade.

Niterói, novembro de 2012.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

A presente obra reúne uma coletânea de vinte e dois artigos apresentados no Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Internacionais, coordenado pelos Professores Doutores Eduardo Manuel Val, Antônio Márcio da Cunha Guimarães e Valéria Silva Galdino Cardin, durante o XXI Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), realizado entre os dias 31 de outubro e 3 de novembro de 2012, na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, sob o tema central do Novo Constitucionalismo Latino-americano.

Este evento, o mais importante encontro científico do Direito, por contar com a participação de representantes da grande maioria dos programas de Mestrado e Doutorado do país, contou com o Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento para Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPQ).

Os Direitos Humanos Internacionais tem se destacado como um dos ramos do Direito Internacional que mais tem evoluído, no decorrer dos séculos XX e XXI, e fundamentalmente após o horror da II Guerra Mundial.

Seu caráter eminentemente interdisciplinar exige uma leitura crítica e analítica, que leve em consideração sua interação com as forças políticas, econômicas, sociais e culturais, que tem contribuído para o alargamento de sua positivação através da multiplicação da ordem jurídica convencional via Tratados Internacionais.

Por sua vez, o surgimento de novos grupos de alta vulnerabilidade na sociedade internacional, reivindicando seus direitos, tem provocado uma potencialização dos sistemas jurídicos de ordem regional, como o sistema interamericano e o sistema europeu, e seus respectivos órgãos jurisdicionais.

O sistema internacional dos direitos humanos tem repercutido nas transformações do Direito Constitucional e Infraconstitucional Comparados, permitindo sua internalização e abrindo espaço para a propositura de inovações

doutrinárias e novas fundamentações teóricas, que pretendem aperfeiçoar a eficácia dos direitos humanos na Ordem Global.

Para fins didáticos, os organizadores da presente obra decidiram estruturar três eixos temáticos, que pretendem organizar a diversidade de assuntos abordados nos artigos apresentados.

Assim, no primeiro eixo, intitulado Marco Conceitual, Teórico e Doutrinário, se concentram os trabalhos que abordam tópicos relacionando os direitos humanos internacionais com categorias relevantes como a horizontalização, o universalismo, o relativismo, o neoconstitucionalismo e o direito ao desenvolvimento, dentre outras.

No segundo eixo, se agrupam os textos focados no Direito Convencional dos Direitos Humanos, que refletem a densidade ganha pelos Tratados Internacionais de Direitos Humanos, como fonte principal do Direito Internacional surgido das organizações internacionais .

O Sistema das Nações Unidas, o Sistema da Organização de Estados Americanos e a Organização Internacional do Trabalho se transformam em pólos relevantes de produção normativa em direitos humanos, obrigando a estudos aprofundados em termos da utilização eficaz da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969) e sua influência, modelando o novo direito convencional.

Por último, o terceiro eixo foca o espaço da aplicação no plano da realidade factual das normas e instituições de direitos humanos internacionais. Este grupo de artigos selecionados aborda um conjunto interessantíssimo e diversificado de experiências e estudos de caso sobre a implementação dos direitos humanos na sociedade internacional, permitindo assim ao leitor estudioso de nossa área de concentração temática leituras atualizadas da situação e dos conflitos que se apresentam especialmente na região latino-americana, mas sem esquecer experiências extracontinentais.

Os organizadores da obra agradecem aos representantes do CONPEDI e seu corpo de funcionários a inestimável ajuda prestada sem a qual não teria sido possível a produção desta publicação.

Coordenadores do Grupo de Trabalho

Professora Doutora Valéria Silva Galdino Cardin – CESUMAR

Professor Doutor Eduardo Manuel Val – UFF

Professor Doutor Antonio Marcio da Cunha Guimarães – PUC/SP